ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: PARA DEBATER SOBRE A REDE MUNICIPAL PARA ATENDIMENTO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (2019), às dezenove horas (19h00) reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Audiência Pública, no Plenário Teotônio Villela, por proposição e sob a presidência da vereadora Elinner Rosa de Almeida Silva e Gonçalves (Elinner5 Rosa). - Compuseram a Mesa Diretora da Audiência Pública: a propositora e presidente da Audiência, vereadora Elinner Rosa; o vereador Teles Júnior; a secretária municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda, Eerizânia Freitas Lobo; a presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, Jusceliane Vieira de Oliveira; e a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Júlia Maria Rodrigues de Oliveira. Ocuparam lugar de destaque: a representante do Ministério Público, Indiara Coelho da Silva Vieira; a presidente da Comissão da Mulher Advogada, Tatiane Ferreira da Silva; a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Subseção Anápolis da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Danielle Pereira Nava; a responsável pelo Centro de Referência da Mulher, Erondina de Morais; a diretora de Proteção Social Especial, Márcia Jacinta Cintra; a representante da Casa Abrigo Projeto Esperança, Josefa Rosa; a coordenadora da Casa Abrigo Projeto Esperança, Miriam Santana; a representante do Rotary Clube, Ana Ilde Alves da Costa Azeredo; a assessora jurídica do Centro de Atendimento de Referência à Mulher, Jeane de Melo Pereira; a técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), senhora Rosália Rosana Silva; o coordenador de Vigilância da Prefeitura de Anápolis. Júlio César Teles Espindola; a representante da vereadora Professora Geli Sanches, Suene Moreira; e a presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Ana Bobato. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, a senhora presidente da Audiência, vereadora Elinner Rosa, declarou aberta a Audiência Pública. - Usaram a palavra: vereadora ELINNER ROSA: Cumprimentou os presentes, a mesa diretiva, a prefeitura de Anápolis na pessoa da secretária municipal Erizânia, o vereador Teles Junior, a

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

senhora Jusceliane, e a doutora Júlia. Falou sobre a grande honra que sentia ao participar daquela audiência, pois tratava a respeito de um tema importante para a sociedade como um todo. Apontou a necessidade de trabalhar o assunto de forma preventiva, tanto com as moças, quanto com os rapazes. Parabenizou os rapazes presentes na audiência, e ressaltou que aquele quantitativo poderia ser maior, visto que, precisavam compreender o papel ativo na situação e também de orientação quanto ao sofrimento das mulheres acometidas de violência. Esclareceu que não havia se preparado para falar, pois a audiência era exatamente para ouvir as instituições e quem tivesse o interesse de falar. Relatou que como fazia parte do Conselho Municipal do Direitos da Mulher via algumas demandas simples que poderiam ser resolvidas com a criação de um protocolo. Cumprimentou o senhor Júlio, da Vigilância Sanitária e argumentou que a violência era também questão de saúde. Informou que iniciaria transferindo o uso da palavra para a Jusceliane e posteriormente para a secretária Eerizânia Lobo. - JUSCELIANE VIEIRA: Cumprimentou os presentes e falou sobre a honra em estar presente, e explicou que é presidente da Comissão da Mulher e da Casa Abrigo do Projeto Esperança. Falou sobre a importância da parceria com o município, a qual completa um ano. No ano de dois mil e dezoito, foram acolhidas treze mães com vinte e duas crianças, e em dois mil e dezenove, até o mês de setembro, foram acolhidas vinte e seis mães com trinta e oito crianças. Disse que quando foi apresentada a proposta dessa Audiência no Conselho da Mulher, falou sobre a importância de informar a rede sobre a existência dessa Casa Abrigo, e lamentou que muitas vezes não fosse conhecida. Disse que o local é sigiloso, e acolhe mães e filhos até dezoito anos. Disse que a maior dificuldade é o protocolo em trabalho com a rede, e é essencial definir o papel de cada um, para se ajustarem e oferecer um trabalho de qualidade para essas mulheres e filhos em situação de violência. Um dos maiores problemas não é quando a mulher é levada para a Casa Abrigo, mas quando a mulher deseja retornar para a Casa. A Patrulha não pode devolver a mulher para um lugar onde ela corre perigo, e há o risco de violência para as pessoas que trabalham na rede.

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

- JULIA OLIVEIRA: Cumprimentou os presentes, a mesa diretora na pessoa da vereadora Elinner Rosa, e os demais na pessoa do senhor Júlio. Mencionou que pertencia ao setor da saúde, dentro dos vários setores, que pertenciam a rede de apoio. Informou que vários setores haviam sido convidados para participar da audiência, entre eles, o setor social, o da justiça, da segurança e da infraestrutura. Esclareceu que rede era a atribuição horizontal de todos os setores, ou seja, atribuição de igualdade a responsabilidade de ofertar assistência e promoção a mulher. Explicou a necessidade da rede funcionar em toda a sua totalidade, pois na ausência de infraestrutura, como o caso das lâmpadas, a mulher estaria sendo exposta a uma situação de vulnerabilidade. Em levantamento das notificações de violência que ocorreram em dois mil e dezoito em Anápolis, referente aos locais que ocorreram a violência contra a mulher, relatou que o maior índice havia sido na residência e em segundo lugar nas vias públicas, e justificou com isto, a presença do setor de infraestrutura na audiência. Relatou que o município possuía uma característica diferente dos demais municípios do estado, pois havia feito um levantamento juntamente com a gerente de Vigilância Epidemiológica de Anápolis, Mirlene Garcia que constatou que o número de notificações realizados era maior em relação as mulheres do que em relação aos homens, no período de dois mil e treze até os dias atuais. E que faixa etária maior que recebia violência era as mulheres entre vinte e trinta e quatro anos e autodeclaradas solteiras. Quanto a isso, relatou que entendia que o perfil do agressor era um namorado, ou um vizinho, ou um pai, ou ainda alguém que não era casado. Em segundo momento, disse que eram os maridos e pessoas com união consensual. Tipificando a violência, questionou quais eram os tipos de violência que as mulheres estavam sofrendo. Com relação a isso, disse havia um grande levantamento referente a psicomoral, e que o mais assustador era a questão física. Relatou que havia uma preocupação referente a violência autoprovocadas, ou seja, tentativas de suicídio, por pessoas que haviam notificado algum outro tipo de violência, pois os dados haviam aumentado de dois anos para cá. Quanto a isso, questionou o motivo, visto que, essas vítimas estavam na rede e uma vez dentro da rede, a

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

rede sabia seu papel, que no caso da saúde notificação, a justiça de denunciar, a infraestrutura de organizar, e o social de dar o apoio. Informou que a conversa naquele dia, era para demostrar a capacidade dos setores como saúde, social, educação, pois quando se estudava a lei Maria da Penha, percebia-se na escrita que a maioria das proposições do texto eram relativas a prevenção e a outra parte para reeducação, inclusive com proposições para reeducar o agressor. Informou que a lei falava da obrigatoriedade do agressor ser ouvido, em algum momento do fluxo processual, pois ele não deixava de ser agressor quando era penalizado, e então assim, poderia se envolver com outra mulher, e agredi-la da mesma forma que havia feito antes. Relatou que o objetivo da audiência pública era levantar dados, para justamente problematizar, o que cada um estava fazendo dentro de seus setores. Quanto a isso, mencionou que quando recebiam uma mulher vítima de violência realizavam a notificação, mas ressaltou que encontravam alguns gargalos de assistência, no próprio setor da saúde. Relatou que tinham como referencia o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Contudo, mencionou que algumas mulheres precisavam ser protegidas, e apontou que a obtenção de uma medida protetiva hoje demorava muito tempo, pois dependia de diversos caminhos. Mencionou preocupação referente aos dados, pois mostravam uma epidemia na cidade, e ressaltou a responsabilidade do setor da saúde ofertar o tratamento para aquela epidemia. Quanto a isso, trouxe um conceito do autor Agudelo, de que a violência representava um risco para a realização do processo vital humano, ameaçando a vida, alterando a saúde, produzindo doença e provocando morte como alternativa próxima. Relatou que quando se falava em conceito de violência, falava-se exatamente que em algum momento, que a vitima mulher estaria dentro do seu setor saúde, seja na atenção básica que abrangia uma porcentagem de setenta e três por cento (73%) do município. Informou que referente a atenção básica estavam providenciando um treinamento do profissional de enfermagem para atentar a situações como a mulher cair da escada pelo menos três vezes por semana, e também do odontólogo em atentar-se a mulher que já havia feito a restauração dos sisos

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

mais de três vezes ao ano, ou seja, apresentar a mesma queixa. Mencionou que ao falar de rede era necessário refletir sobre o comportamento, e informou que a violência contra a mulher era uma construção do papel social da mulher. Explicou que a muitos anos a mulher se posicionou num papel de escuta e de aceitação em relação ao papel mais retraído na sociedade. Esclareceu que se houve uma construção histórica e cultural desse papel da mulher, esperançosamente ousou dizer que é passível de uma desconstrução. Disse que acreditava muito, que o município estava num momento de buscar, de organização para criação de um protocolo e um fluxo de referência, mas ressaltou que anterior a isso, deveriam se corresponsabilizar, e entender o papel de cada um naquele processo. Relatou que achava que a vereadora queria ouvir para além das dificuldades, era ouvir as potencialidades. Quanto ao setor de saúde, disse que a potencialidade dele era de notificar todos os casos, de estudar, de traçar perfil, de ofertar assistência psicológica, exames. Questionou as potencialidades dos outros setores, e apontou juntando e somando as potencialidades todas as mulheres estariam protegidas. Informou que todas as mulheres estavam expostas a situações de vulnerabilidade, inclusive as classes mais altas que estavam expostas a violência psicológica, no qual gerava violências auto-provocadas. Questionou o que estava sendo feito referente a isso. Concluiu, dizendo que esse era seu recado, e que esperava ter contribuído mais no sentido de docência e de conversa, e de estar presente como setor da saúde para colaboração do debate. - ELINNER ROSA: Agradeceu a doutora Julia Oliveira pelas palavras ministradas, visto que, possibilitava as pessoas enxergarem novas perspectivas, que nem mesmo ela, como pertencente do setor da saúde havia pensado, referente as questões da enfermagem, pois não eram apenas as instituições que trabalhavam na questão, eram todos que de alguma forma contribuíam. Agradeceu novamente, e mencionou que havia conversado na reunião sobre o objetivo traçar aquelas competências e de inclusive marcar a data para criação do grupo, e de dentro do fluxo criar uma forma de divulgação, para que a técnica de enfermagem que trabalhava no Programa de Saúde da Família (PSF) saiba identificar sinais de

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

violência, providenciar o encaminhamento e amparo da vítima, pois se não houvesse as competências traçadas, ou se ainda tivesse as competências traçadas e a informação não chegasse em todos os elementos da rede, a vitima iria passar "lisa" e não seria apoiada pela rede assistencial. - JULIA OLIVEIRA: Argumentou que o papel daquela rede, era a discussão que deveria ser levantada, pois anteriormente a um protocolo ou qualquer definição era necessário analisar as potencialidades e dificuldades de cada elemento da rede. Deu exemplo do impacto ocorrido com o protocolo da criança que teve oitenta e cinco notificações em dois mil e treze, e já em dois mil e quinze com a criação do protocolo da infância e juventude as notificações triplicaram. Relatou que analisando as notificações, a faixa etária que mais havia aumentado era a das crianças e adolescentes, pois havia um protocolo que mensurava isso. Informou que estava na hora daquela ferramenta chegar até a mulher e consequentemente ao idoso. Mencionou que realizando uma pesquisa, onde a mulher não estava sendo notificava, os idosos então estavam passando desapercebidos. Com relação ao idoso, disse que a temática seria para uma outra audiência pública. - ELINNER ROSA: Relatou que a demanda apresentada por Julia Oliveira, referente aos idosos ficaria como proposta para um novo debate, e então a agradeceu. - A senhora presidente abriu a palavra aos presentes, conforme consta nos registros de áudio e nos anais desta Casa de Leis. - A senhora presidente da Audiência Pública, vereadora Elinner Rosa, agradeceu aos presentes e a todas as contribuições. Falou sobre a honra e a alegria em poder ouvir a todos, e esperava que a Audiência pudesse gerar muitos frutos. Falou sobre a proposta de criação de um fundo, e marcou uma reunião para o dia trinta e um de outubro, às dezessete horas, no Auditório do CREAS e declarou encerrada a Audiência Pública. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Sabrina Santos Rufino, com o auxílio da estagiária Juliana Oliveira da Silva, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Diretoria Legislativa dessa Casa de Leis.**********

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunah Pinheiro Lima
Diretor Legislativo